

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS, DEBATE E DADOS**

LAURA DUARTE OGANDO
matrícula nº: 112184536

ORIENTADOR: Prof. Carlos Frederico Leão Rocha

JANEIRO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS, DEBATE E DADOS**

LAURA DUARTE OGANDO
matrícula nº: 112184536

ORIENTADOR: Prof. Carlos Frederico Leão Rocha

JANEIRO 2017

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós
/ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos
sempre”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio emocional. Obrigada por me incentivarem e me apoiarem nas minhas escolhas. Sem vocês eu não seria metade de quem eu sou hoje. Vocês sempre se preocupam em proporcionar o melhor para mim.

Ao Bernardo por todo apoio, paciência e parceria. Sem você jamais conseguiria chegar até aqui. Espero poder continuar te agradecendo. Ao Marcos Paulo e Pedro Mendes pela companhia e incentivo ao longo do difícil ano de 2016. A todos os meus amigos por me impulsionarem sempre.

Ao meu orientador, Carlos Frederico Leão, pelas ideias e compreensão. Ao professor Eduardo Bastian por me fazer despertar interesse pelo tema em uma de suas incríveis aulas e por todo o apoio e ajuda. Aos professores Viviane Luporini e Rudi Rocha por serem grandes exemplos de profissionais com os quais tive o privilégio de trabalhar durante dois anos.

Ao Guilherme e André da xerox, sem eles certamente não teria conseguido passar por todas as etapas da graduação, foram pessoas essenciais. A Claudinha, Marino, Zezinho e Sinézio da cantina por todo apoio e horas de descanso e desabafo. Ao Romarinho e Naná do Sujinho que sempre me alegravam nas horas de pausa do estudo. Ao Henrique do SESO por toda ajuda e apoio nesse último ano de estudo.

À UFRJ por ser mais uma instituição incrível ao qual tenho imenso orgulho de ter feito parte. Lugar cheio de pluralidade, cultura e conhecimento. Serei eternamente grata.

Ao Colégio Pedro II por me ensinar a problematizar aquilo que os demais aceitam como algo comum, a enxergar as pessoas como seres humanos e me formar como cidadã. Ao Pedro II, tudo!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender a ocorrência do processo de desindustrialização no Brasil. Para tanto, os antecedentes históricos do país acerca da construção de uma indústria nacional durante o período de 1930 a 1980 foram abordados, mostrando que o foco do Estado na época era a industrialização do país por meio do processo de substituição de importações. Posteriormente abordou-se o período de 1980 até 2010, mostrando que o enfoque do Estado passa a ser a estabilização macroeconômica e a liberalização financeira. Para entender o processo de desindustrialização abordaram-se diversos conceitos desenvolvidos, mas acredita-se que o conceito mais forte seria o de Tregenna (2008), o qual define o processo de desindustrialização como sendo resultado de dois fatores: queda da participação da indústria no total da economia e queda na participação do emprego industrial. Abordou-se o debate brasileiro fazendo uma revisão da literatura do mesmo e concluindo que a maioria dos autores entende que o Brasil passa por um processo nocivo de desindustrialização. Por fim, foi feita uma análise de alguns dados selecionados do Brasil evidenciando a partir destes que a economia brasileira de fato passa pelo processo de desindustrialização, reforçando a literatura brasileira sobre o assunto.

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CMBEU: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

EUA: Estados Unidos da América

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

GATT: General Agreement on Tariffs and Trade

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE: Investimento Direto Estrangeiro

ISI: Industrialização por Substituição de Importações

JK: Juscelino Kubistchek

MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

OMC: Organização Mundial do Comércio

II PND: Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

PIB: Produto Interno Bruto

PIM: Pesquisa Industrial Mensal

PIM-DG: Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais

PIMES: Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

VTI: Valor de Transformação Industrial

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Pauta de Exportação Brasileira (%) - 1900	13
Gráfico 2: Pauta de Importação Brasileira (%) – 1900	13
Gráfico 3: Participação da Indústria no PIB e Crescimento do PIB.....	21
Gráfico 4: Produtividade do trabalho (Produção Física/Pessoal Ocupado) na indústria de transformação (1984-2005) – Índices acumulados (1991 = 100).....	29
Gráfico 5: Valor Agregado, pessoal ocupado e produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira (1996-2004): número índice (1996 = 100)	30
Gráfico 6: Participação das exportações por fator agregado no total (%) (1964 – 2015)	38
Gráfico 7: Índice de preços mensal de todas as commodities, inclui combustíveis e não combustíveis (2005 = 100)	38
Gráfico 8: Participação relativa das Importações por Intensidade Tecnológica (1997 - 2016).....	39
Gráfico 9: Pessoal ocupado - Indústria geral (Índice: média 1985 = 100).....	41
Gráfico 10: Pessoal ocupado assalariado (anual) - Indústria geral (Índice: Janeiro 2001 = 100)	41
Gráfico 11: Índice da taxa de câmbio efetiva real R\$/US\$ - 1980 a 2015 (2010 = 100)	42
Tabela 1: Participação Relativa das Importações na Oferta Industrial Doméstica - 1950, 1952 e 1956 (em % baseadas em valores constantes de 1949)	16
Tabela 2: Plano de Metas: Previsão e Resultados (1957 – 1961).....	17
Tabela 3: Participação da Indústria de Manufatura no Emprego (% do total)	24
Tabela 4: Valor Adicionado da Indústria de Manufatura (% do PIB).....	24
Tabela 5: Exportações brasileiras segundo fator agregado (%)	36

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: A INDÚSTRIA NO BRASIL E O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	12
I.1 - Período anterior a 1930	12
I.2 - Período de 1930 a 1980.....	14
I.3 - Período de 1980 a 2010.....	19
I.4 - O Conceito de Desindustrialização	22
CAPÍTULO 2: O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E SUAS EVIDÊNCIAS	27
II.1 - O debate no Brasil.....	27
II.1.1 - Gabriel Palma	27
II.1.2 - André Nassif	28
II.1.3 - Oreiro e Feijó.....	32
II.1.4 - Wilson Cano	33
II.2 – Análise dos dados brasileiros	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

Segundo Morceiro (2012): “A indústria de transformação (ou manufatura) é o agregado econômico com elevado potencial para alavancar o desenvolvimento econômico e social de uma nação, especialmente de países em estágios intermediários de desenvolvimento como o Brasil” (p.12). Nesse sentido, é possível notar a relevância da industrialização de um país.

A indústria tem importante papel no crescimento econômico, pois potencialmente promove mudanças estruturais de longo prazo, além de ter forte participação no componente de Investimento do PIB, tendo ainda efeitos multiplicadores na economia e externalidades positivas em termos de desenvolvimento tecnológico. Segundo Erich Streissler (1982), uma mudança estrutural é concebida como “mudanças de longo prazo na composição do agregado econômico”¹. Podemos entender a industrialização como o processo pelo qual a indústria passa a ser o principal motor, ou ainda, o centro dinâmico da economia promovendo mudanças de longo prazo.

De acordo com Cano (2012): “Não há, na história, país algum que se desenvolveu, prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel do Estado Nacional” (p. 832). Portanto, o presente trabalho irá analisar historicamente o crescimento da indústria brasileira e, posteriormente, a perda de centralidade da mesma na economia.

No período de 1930 a 1980 é possível enxergar no Brasil uma forte industrialização liderada pelo Estado, onde, de fato, o Estado tinha como objetivo promover a indústria nacional. O pensamento advindo da CEPAL teve importância na industrialização brasileira a partir de 1948, ano no qual o órgão foi criado. Entretanto, a partir dos anos 1980, com a ascensão do pensamento neoliberal no mundo e a chamada “Década Perdida” no Brasil a indústria deixa de ser o foco do Estado. Desde então, é possível notar uma queda na participação da indústria na economia.

Atualmente, há uma discussão sobre o processo de desindustrialização no Brasil. Segundo Tregenna (2008), a desindustrialização consiste na perda de participação relativa da

¹ Tradução própria.

indústria no agregado econômico e perda de participação relativa do emprego industrial. Ainda, discute-se sobre a desindustrialização brasileira ser um movimento precoce e negativo, sendo um caso daquilo que se pode denominar “Doença Holandesa”, ou ainda como a “nova doença Holandesa”, conceito desenvolvido por Palma (2012).

O presente trabalho visa discutir o processo de desindustrialização brasileira durante o período de 1996 a 2010 a partir do levantamento de dados da indústria e do comércio exterior. Assim, será possível levantar evidências de que há perda de participação da indústria no agregado econômico e verificar se essa perda é potencialmente nociva para a economia brasileira. Além disso, este trabalho se propõe promover uma revisão sobre a literatura existente acerca do tema. Sendo assim, a metodologia do trabalho conta com uma revisão da literatura, assim como análise empírica.

Para tanto, o presente trabalho é composto por esta introdução, um primeiro capítulo, que se propõe a fazer uma análise do contexto brasileiro de industrialização, assim como levantar os pilares teóricos sobre a desindustrialização. Para tanto, está subdividido em quatro seções: a primeira trata do período anterior a 1930, aquele em que é possível classificar a economia brasileira como uma economia agroexportadora de desenvolvimento voltado para fora; a segunda do período de 1930 a 1980, no qual grande parte da literatura entende como o período de industrialização brasileira; a terceira do período de 1980 a 2010, o qual o foco do Estado passa a ser a estabilização e vigoram políticas neoliberais na economia; e a quarta trata do conceito de desindustrialização, utilizando diversos autores diferentes.

O segundo capítulo, que trata do debate sobre a desindustrialização no Brasil, está dividido em duas seções. A primeira se trata de uma revisão da literatura brasileira acerca do debate sobre a desindustrialização no Brasil, tendo em vista que a ocorrência de tal processo não é unanimidade entre os economistas. Para tanto, foram selecionados quatro autores: Gabriel Palma, André Nassif, Oreiro e Feijó e Wilson Cano. A partir da revisão dos textos destes autores, pretende-se deixar claro como se dá o debate acerca do assunto no Brasil e levantar as diferentes visões de cada um dos autores. A segunda seção do segundo capítulo se propõe a fazer uma análise empírica, levantando diversos dados com a finalidade de poder verificar os rumos que a economia vem tomando no recorte temporal definido. Com esta seção, será possível analisar a gravidade do processo para a economia brasileira. Por fim, o trabalho conta com uma conclusão.

CAPÍTULO I: A INDÚSTRIA NO BRASIL E O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

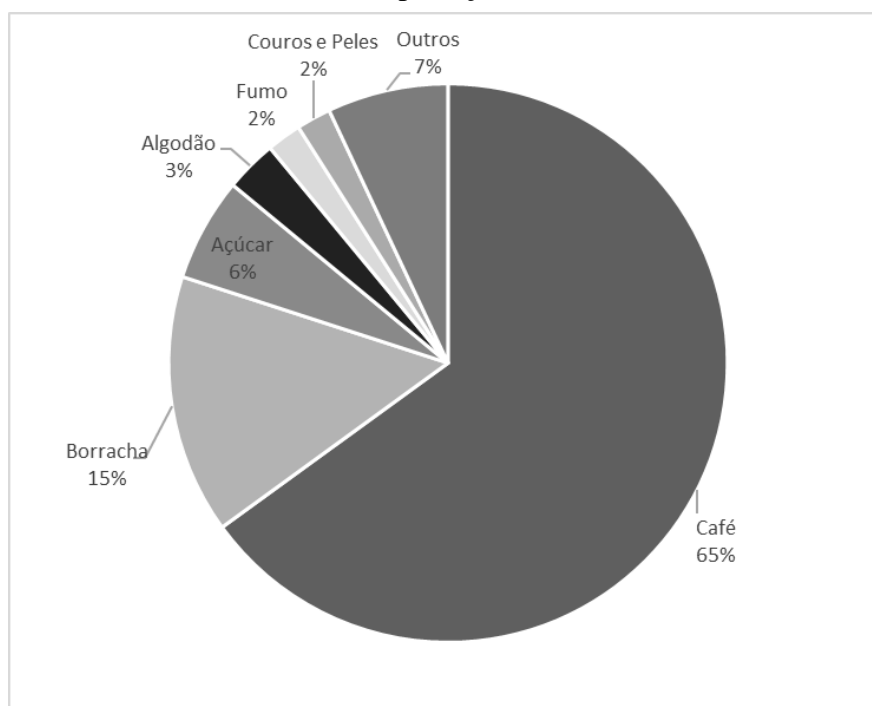
O presente capítulo tem como objetivo levantar os antecedentes históricos do Brasil acerca do nascimento da indústria brasileira e o eventual processo de industrialização promovido pelo Estado (1930 a 1980). Posteriormente, levantam-se fatos sobre o período posterior a 1980, evidenciando a brusca mudança no foco do Estado e rápida liberalização da economia influenciada pelo pensamento neoliberal. Tal levantamento é importante para entender e discutir o processo de desindustrialização no Brasil, que será conceituado na última seção deste capítulo.

I.1 - Período anterior a 1930

Maria da Conceição Tavares, em sua obra “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro” publicada em 1975, defende que a economia brasileira dos anos 1900 poderia ser classificada como uma economia agroexportadora de desenvolvimento voltado para fora, assim como outras economias latino-americanas da época. Segundo Gremaud et al. (2009), “o principal problema era o descompasso entre a base produtiva e a estrutura de consumo desses países” (p.331), tendo em vista o fato que o Brasil tinha a necessidade de importar a maioria dos produtos que eram consumidos internamente e que a exportação era “quase que exclusiva na determinação da Renda Nacional e sua única fonte de dinamismo” (p.331) (GREMAUD et al., 2009). Os produtos importados eram bens de capital, bens de consumo duráveis e parte dos bens de consumo não duráveis.

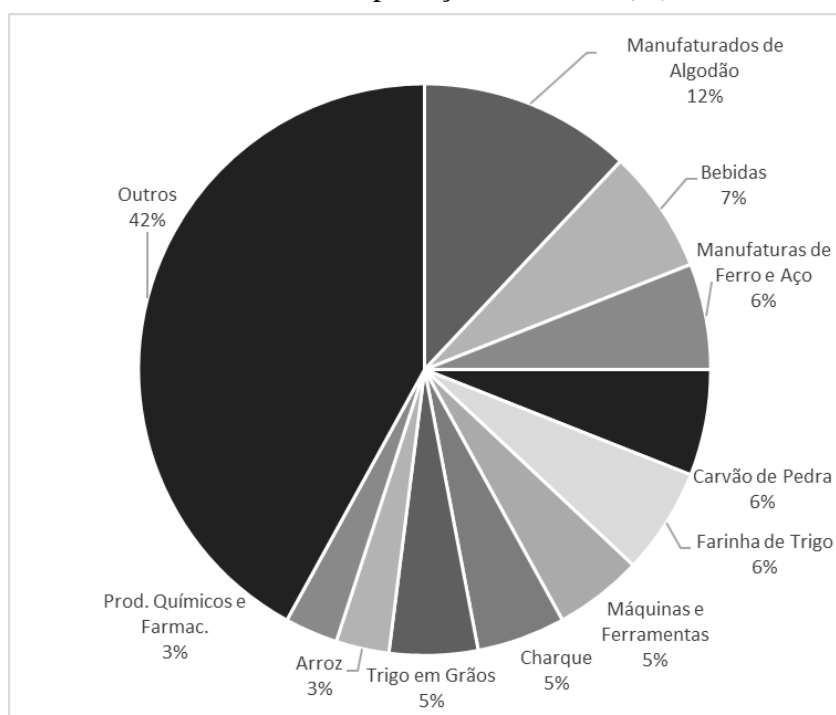
O Brasil produzia produtos primários de baixo valor agregado, sendo o principal o café, como mostra o gráfico 1 a seguir. Sendo assim, a economia brasileira estava sujeita a flutuações no preço internacional do café. Por importar produtos manufaturados, como mostra o gráfico 2 a seguir, havia um problema constante na Balança Comercial, de modo a torná-la deficitária. Ademais, como aponta Gremaud (2009), a elasticidade-renda da demanda dos produtos primários é inferior a um, enquanto a elasticidade-renda da demanda dos produtos manufaturados é superior à unidade, levando à deterioração dos termos de troca (p. 335).

Gráfico 1: Pauta de Exportação Brasileira (%) - 1900



Fonte: Gremaud et al.

Gráfico 2: Pauta de Importação Brasileira (%) – 1900



Fonte: Gremaud et al.

O autor ainda cita que o mercado de produtos primários tem características concorrenciais, enquanto o de produtos manufaturados tem características oligopolistas (p.

336). Em suma, o Brasil possuía poucos graus de liberdade para realizar política econômica, pois dependia do comportamento da economia internacional.

Até os anos 1930, os principais instrumentos de política econômica eram o de desvalorização cambial, objetivando manter a renda dos cafeicultores em moeda nacional, e políticas de valorização do café. Ambas eficazes no curto prazo, mas com implicações negativas no longo prazo. A desvalorização cambial, apesar de beneficiar as exportações, tornava os produtos importados ainda mais caros.

I.2 - Período de 1930 a 1980

Em 1929, com o *Crash* da Bolsa de Nova Iorque, a economia mundial encontra-se em crise fazendo com que o preço do café se desvalorize. Com tal crise de superprodução, o comércio internacional se reduz cerca de 60% entre 1929 e 1932, segundo Hobsbawn (1998), de tal forma que os países se viram obrigados, em muitos casos, a consumir produtos nacionais, beneficiando de uma maneira inicial a criação de uma indústria nacional. Na mesma época, há o fortalecimento do Estado Nacional brasileiro, que passa a promover a industrialização como uma das principais metas a serem perseguidas pelo governo. Gremaud (2009) também aponta que a ascensão de novas classes econômicas ao poder contribuiu para que a indústria fosse o foco, tendo em vista que os cafeicultores perdiam sua força política (p. 342).

Segundo Morceiro (2012), o período de 1930 a 1980 foi o de concentração do processo de industrialização brasileira. Durante o período, Furtado (1978) aponta que a taxa média de crescimento industrial anual foi de 7,2% entre 1939 e 1949, 8,5% entre 1949 e 1959 e de 9,7% de 1959 a 1964 (p.139), mostrando forte participação da indústria na economia. Além disso, é possível dizer que a industrialização ocorrida no período de 1930 a 1980 foi algo proposital e liderado pelo Estado.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional é um marco que mostra o Estado sendo indutor e principal responsável pelo investimento industrial. Em 1939, segundo o CPDOC, o Brasil estabeleceu um acordo com os EUA no qual, em troca de apoio político, os americanos

iriam dar suporte no âmbito econômico e militar. Para tanto, foram enviados membros da *United States Steel* com o objetivo de estudar e viabilizar o projeto de uma aciaria no Brasil. Após terem relatado condições favoráveis para a implementação do projeto e de ter sido criada uma comissão para a realização do mesmo, a empresa americana afirmou que não participaria do projeto. Após o anúncio, o Estado toma a iniciativa de implementar tal projeto com financiamento estrangeiro em formato de empresa nacional. Outra empresa estatal criada em 1942 foi a Vale do Rio Doce.

A Comissão Econômica da América Latina², criada em 1948, torna-se fonte de influência para os países latino-americanos. O pensamento cepalino à época disseminava a necessidade de que tais países se industrializassem e superassem a posição de subdesenvolvimento. O principal meio proposto para realizar o processo de industrialização era o de substituição de importações, no qual priorizava-se a produção nacional em detrimento da importação do produto similar. Nas palavras de Celso Furtado (1978): “Ao ampliar-se a frente da substituição de importações, constitui-se a indústria, ela mesma, no fator de impulsão do desenvolvimento” (p.139). A última etapa do processo seria a produção de tecnologia própria.

Um exemplo de implementação desse mecanismo é o controle de importações aliado ao câmbio sobrevalorizado utilizado em 1947. Nas palavras de Tavares (1972): “Um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção cambial dupla, tanto do lado da reserva de mercado como do lado do custo de operação. Essa foi basicamente a fase da implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável”. (p.71). Segundo Vianna e Vilela (2010), o crédito real à indústria cresceu, em média, 22,5% ao ano entre 1947 e 1950 (p. 6).

Ao final dos anos 1950 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que tinha como objetivo financiar projetos de infraestrutura através do Eximbank e BIRD. Em 1952 criou-se o BNDE objetivando a gestão desses recursos e projetos. De acordo com Vianna (1990), tais investimentos eram majoritariamente na área de energia e transportes (p. 124). Entretanto, em 1952 é eleito o general Eisenhower nos Estados Unidos, de tal forma que as

² CEPAL: organização criada pela Organização das Nações Unidas em 1948 a fim de discutir os problemas e demandas da América Latina, além de se tornar um “*policy guide*”.

relações políticas com o Brasil tomam um rumo completamente distinto, impondo o fim da CMBEU.

Apesar dos investimentos não terem sido realizados, a criação do BNDE em 1952 teve implicações importantes. De acordo com Orenstein e Sochaczewski (1990), como o financiamento externo não foi concretizado, o BNDE passou a atuar de uma maneira distinta da planejada, revisando o programa de investimentos. Para tanto, criou-se em 1953 o Grupo Misto CEPAL-BNDE (p. 176). O crescimento da indústria de transformação no período de 1950 a 1956 pode ser observado na Tabela 1 a seguir, assim como o sucesso do modelo de ISI.

É possível notar que, ao comparar os anos de 1952 e 1956 a taxa de crescimento das importações é negativa em todos os segmentos apontados na Tabela 1, exceto pelo setor de Metalurgia. Isso mostra que o processo de ISI teve efetividade. Além disso, também é possível notar um crescimento da taxa de produção em todos os segmentos, tal crescimento ocorre tanto ao comparar 1950 com 1952, quanto ao comparar 1952 com 1956.

Tabela 1: Participação Relativa das Importações na Oferta Industrial Doméstica - 1950, 1952 e 1956 (em % baseadas em valores constantes de 1949)

Gêneros	Importações/Oferta Doméstica			Taxa de Crescimento das Importações		Taxa de Crescimento da Produção	
	1950	1952	1956	1950/52	1952/56	1950/52	1952/56
Minerais não metálicos	7,9	11	1,3	78	-82	23	71
Metalúrgica	18,3	19	15,5	18	13	13	44
Mecânica	60,3	64,6	34	64	-60	36	41*
Material elétrico	40,4	39,8	12,2	46	-70	50	41*
Material de transporte	50,7	45	11,2	78	-78	124	41*
Papel e papelão	26,1	21,8	14,4	-17	-12	6	45
Química	47,5	44,7	12,4	23	-20	22	318
Têxtil	2,4	2,1	0,9	-13	-49	2	23
Alimentos	2,7	4,2	3,3	71	-16	5	10
Bebidas	2,7	2,2	0,9	27	-59	29	7
TOTAL	13,5	16	7,2	44	-42	16	40

Fonte: Vianna e Villela (2010), (p. 21). * Dada a inexistência de estimativas para a taxa de crescimento entre 1952 e 1956, optou-se por supor para esses gêneros uma taxa de crescimento anual igual à do total industrial (% a.a., aproximadamente).

Ao final do ano de 1956, o governo JK criou o Plano de Metas que tinha o *slogan* “cinquenta anos em cinco”, ou seja, objetivava realizar investimentos em infraestrutura equivalentes a um período de cinquenta anos em apenas cinco. Os projetos utilizados para implementação do Plano de Metas seguiam a lógica da CMBEU e do Grupo Misto CEPAL-

BNDE, ainda segundo Orenstein e Sochaczewski (1990) (p. 176). O plano contava com metas ambiciosas voltadas principalmente para as áreas de energia e transportes, as quais eram consideradas os principais pontos de estrangulamento da economia, e, apesar de não ter atingido a maioria dessas metas, o plano foi um sucesso em termos de crescimento da indústria de base, tendo em vista que tais metas eram de fato extremamente ambiciosas. Os dados apresentados na Tabela 2 a seguir corroboram com a afirmativa.

Tabela 2: Plano de Metas: Previsão e Resultados (1957 – 1961)

	Previsão	Realizado	%
Energia Elétrica (1000 Kw)	2000	1650	82
Carvão (1000 Ton.)	1000	230	23
Petróleo-Produção (1000 Barris/Dia)	96	75	76
Petróleo-Refino (1000 Barris/Dia)	200	52	26
Ferrovias (1000 Km)	3	1	32
Rodovias-Construção (1000 Km)	13	17	138
Rodovias-Pavimentação (1000 Km)	5	-	-
Aço (1000 Ton.)	1100	650	60
Cimento (1000 Ton.)	1400	870	62
Carros e Caminhões (1000 Unidades)	170	133	78
Nacionalização (Carros) (%)	90	75	-
Nacionalização (Caminhões) (%)	95	74	-

Fonte: Retirado de Orenstein e Sochaczewski (p.180). Referência: Banco do Brasil, *Relatório Anuário Estatístico*, vários anos.

Tais fatos confirmam que o Estado era o principal indutor do investimento no período. Nas palavras de Orenstein e Sochaczewski: “A participação do governo no gasto total cresceu de 19% em 1952 para 23,7% em 1961” (p. 183). A industrialização era o foco do governo.

O início dos anos 1960 foi de instabilidade política com a renúncia de Jânio Quadro em 1961. É possível apontar o período de 1961 a 1963 como um período de políticas macroeconômicas ortodoxas com o Plano Trienal, mas ainda com uma estratégia de desenvolvimento associada a industrialização por substituição de importações, liderada por Celso Furtado que fora nomeado ministro do Planejamento em 1962.

Em março de 1964 com o Golpe Militar, há continuidade das políticas ortodoxas e somente em 1968 há a prioridade na retomada do crescimento da economia. As palavras de Hermann (2011) resumem o crescimento no período de 1964 a 1967: “Nesse período, a economia brasileira teve um comportamento do tipo *stop and go*, embora o crescimento médio do PIB tenha sido razoável (4,2% ao ano) ” (p. 50).

Ainda segundo Hermann (2011), entre 1968 e 1973 o Brasil viveu o que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, uma fase de crescimento médio de 11,1%, liderado, principalmente, pelo setor de bens de consumo durável, redução da inflação e do desequilíbrio externo. É possível notar uma mudança na estrutura industrial no período, pois, como a economia era liderada pelo setor de bens de consumo durável, havia uma maior necessidade de importação de bens de capital e de petróleo, demanda que não podia ser atendida pela indústria local segundo Hermann (2011) (p. 75). Em 1968 é lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento que, entre outros objetivos, tem o intuito de estimular empresas privadas para retomar o investimento e estimular a demanda por bens de consumo.

Alguns economistas como Hermann (2011), afirmam que o modelo de ISI teria se esgotado durante o período de 1974 a 1984 (p.74). Ainda, afirma que o II PND (1975-1979), realizado no governo Geisel, teria completado o processo de ISI. O II PND promoveu importantes mudanças estruturais na base produtiva do Brasil. Nas palavras de Hermann (2011) sobre o II PND: “Tratava-se de um ousado plano de investimentos públicos e privados (estes seriam incentivados por políticas específicas), a serem implementados ao longo do período de 1974-79, que se propunha a “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento”. Os novos investimentos eram dirigidos aos setores, identificados, em 1974, como os grandes “pontos de estrangulamento” que explicavam a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira: infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação” (p. 80). O II PND foi de suma importância para o avanço brasileiro no processo de ISI.

Apesar do foco do Estado na industrialização, o Brasil não logrou com aquilo que se pode afirmar uma industrialização plena, pois não chegou à etapa final de desenvolvimento de tecnologia própria em diversos segmentos da indústria.

Em suma, é possível dizer que o crescimento econômico no período de 1930 a 1980 foi *State-led* e focado na industrialização. O Estado não só era o principal indutor do crescimento industrial como também era o que mais realizava investimentos nessa área. A industrialização do período parte da noção de que para se superar o subdesenvolvimento, deveria ser criada uma indústria nacional madura e autossustentável, assim o Brasil teria mais liberdade nas políticas econômicas e fomentaria não só o crescimento econômico como também o desenvolvimento.

I.3 - Período de 1980 a 2010

O período a partir de 1980 é um período de intensas mudanças das políticas econômicas e no cenário internacional. O foco do Estado deixa de ser o desenvolvimento e a industrialização e passa a ser a estabilização. Como será visto a seguir, muitos autores consideram o período como o marco do processo de desindustrialização, portanto é importante destacar as mudanças ocorridas nesse período.

A partir dos anos 1980, também conhecidos como década perdida, o Brasil passou a enfrentar problemas de restrição externa e deterioração das contas fiscais, além de alta inflação e sucessivas tentativas de estabilização da economia brasileira, das quais muitas foram sem sucesso e agravaram ainda mais o problema. Com o eventual esgotamento do processo de ISI há o abandono de tal estratégia no período. Sendo assim, o foco do Estado deixa de ser a industrialização. Segundo Lavinia Barros de Castro (2011), havia o consentimento de que a indústria, apesar de alguns gargalos, estaria completa e integrada ao início dos anos 80 (p.135).

A crise do petróleo de 1979 e aumento dos juros internacionais dos Estados Unidos em 1981 conjuntamente com os endividamentos externos advindos do Milagre Econômico e do II PND agravaram a posterior restrição externa dos anos 1980. Portanto, o enfoque dos formuladores de política macroeconômica da época passa a ser a estabilização da economia brasileira frente ao conturbado cenário internacional.

Segundo Castro (2011), a falta de credibilidade dos países subdesenvolvidos da América Latina por conta da crise do México colabora com a perda de reservas internacionais brasileira em 1982 (p. 90 e 91). Tal fato corroborou para que o Brasil realizasse um empréstimo junto ao FMI ao final de 1982 por conta do crescente endividamento externo, tendo em vista que possuía poucas alternativas para o problema. A política monetária no período de 1981 a 1983 passa a ser restritiva, o que gera forte recessão na economia.

Nos anos 1980 e 1990 o Brasil viveu um período de baixo crescimento e alta inflação, que só será corrigida em 1994. Os formuladores de política macroeconômica passam a

formular planos de estabilização da economia brasileira. Ao todo, foram seis planos implementados, até que houvesse sucesso com o Plano Real em 1994.

Em 1990, com o governo Collor, inicia-se o processo de privatização e abertura da economia, intensificado no governo FHC. Tal procedimento tinha como objetivo o incentivo da competição e da competitividade, como descrito Lavinia (2011, p.136). Sendo assim, as privatizações, a reforma tarifária e do comércio exterior tinham como principal objetivo a retomada da competição da indústria brasileira e, portanto, da eficiência. O Plano Nacional de Desestatização de 1990 iniciou um processo de ajuste fiscal, no qual o Estado desvincula-se de gastos com empresas públicas, tornando responsabilidade do mercado grande parte do investimento da economia.

Nesse sentido, é possível notar que a indústria sofreu graves consequências com tais medidas. A abertura da economia de maneira tão rápida trouxe impactos negativos para a indústria que desde de seu princípio fora beneficiada pelo Estado. Tarifas de importação especiais e incentivos diversos do governo para o setor, não só estavam extintos, como também a indústria nacional competiria com a internacional, a mais eficiente possível.

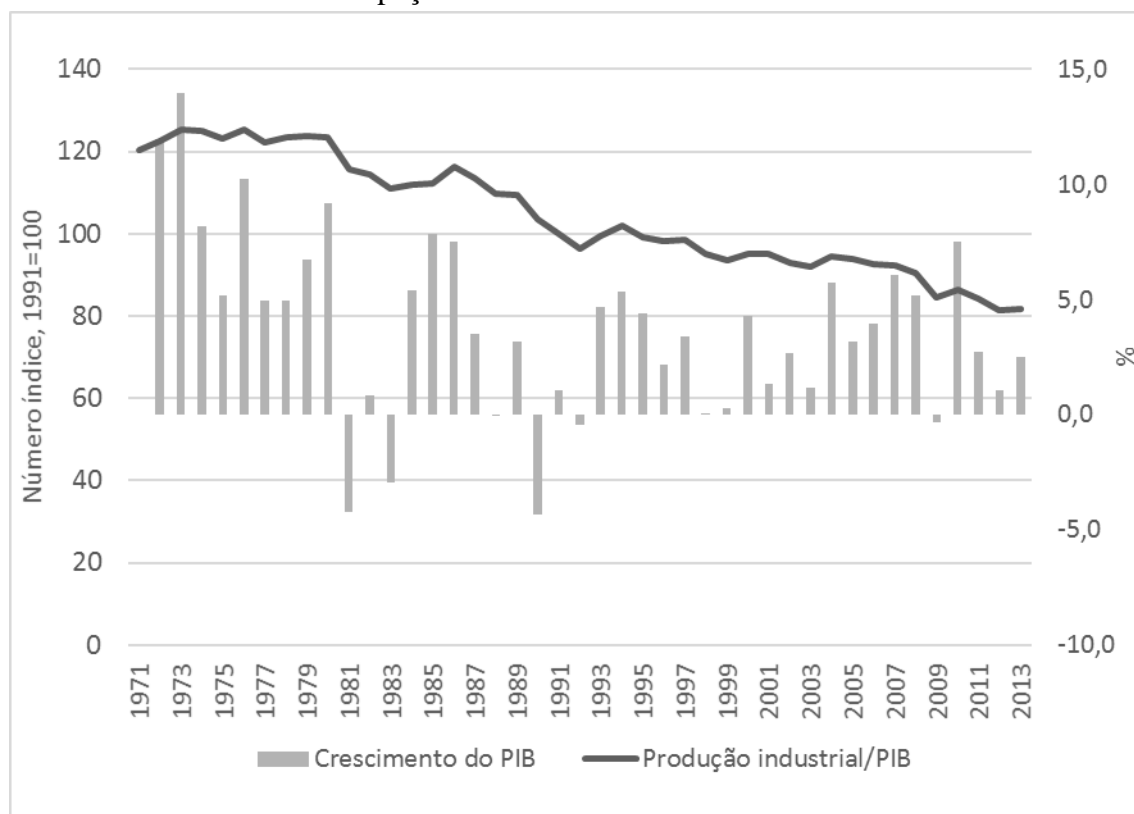
Ademais, o câmbio sobrevalorizado com a implementação da terceira fase do Plano Real em 1994, a fase de âncora cambial, contribuiu ainda mais para o aumento da importação de produtos em detrimento dos produtos nacionalmente produzidos. Desse modo, a privatização e liberalização da economia fizeram com que os ramos da indústria brasileira que não alcançavam o patamar internacional de produtividade fossem extintos ou ficassem muito prejudicados. É possível notar a perda de participação da indústria como proporção do PIB desde então a partir do Gráfico 3 a seguir.

Em 1999 implementa-se o chamado tripé macroeconômico que consiste na adoção do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e metas para o superávit primário. A adoção de tal regime é mais uma evidência da drástica mudança no papel do Estado vinculada ao pensamento neoliberal que vigorava à época.

Nos anos 2000 o quadro reforça a perda de participação da indústria e de sua centralidade no que tange ao crescimento da economia brasileira. É possível separar o período em duas fases distintas: 2000 a 2006, na qual houve a continuidade das políticas ortodoxas, e 2006 a 2010, na qual alguns economistas consideram como a fase desenvolvimentista do

governo Lula. Uma evidência incremental de que a indústria não permanecia mais como o principal componente da economia é que, durante o governo Lula, o principal componente do PIB passa a ser o consumo das famílias.

Gráfico 3: Participação da Indústria no PIB e Crescimento do PIB



Fonte: Apresentação do Professor Carlos Frederico Leão. Dados: de IBGE PIM-pf e IPEA, PIB preços 2013.

O governo Lula também foi palco de um superciclo de commodities, no qual a valorização internacional de produtos primários e a crescente demanda chinesa fizeram com que o setor primário fosse beneficiado em detrimento da indústria nacional, além de ter impacto sobre o câmbio, como será visto no próximo capítulo. Um exemplo disso é a empresa Vale que nos anos 2000 passa a exportar de maneira mais intensa o minério beneficiado ao invés do produto final.

Autores como Bonelli (2005) apontam que a abertura comercial, câmbio real sobre apreciado durante o período de 1995-1998, assim como a privatização de diversos segmentos industriais contribuiu para a perda de peso relativa do PIB industrial (p. 22-23) e, portanto, contribuindo para o processo de desindustrialização que será conceituado na próxima seção.

I.4 - O Conceito de Desindustrialização

Atualmente, discute-se o processo de desindustrialização brasileiro. Segundo Tregenna (2008) o conceito de desindustrialização está atrelado à perda de participação do emprego na indústria e à perda de participação da indústria no PIB, ou seja, há a perda de importância da indústria como fonte de dinamismo para a economia. Nesse sentido, ainda que haja uma expansão da indústria em termos absolutos, é possível que ocorra desindustrialização, tendo em vista que a participação relativa da indústria é o indicador da ocorrência desse processo.

O conceito de desindustrialização possui diversas concepções. Rowthorn e Ramaswamy (1999) definem como sendo apenas a perda de participação do emprego industrial sobre o emprego total. Krüger (2008) levanta diversas teorias em seu artigo. A primeira delas é a hipótese dos três setores, a qual descreve o comportamento dos setores ao longo do processo de industrialização. Ainda segundo Krüger (2008), o setor primário é composto por agricultura, pesca, indústria de mineração e atividade madeireira. O setor secundário é composto por todos os bens duráveis e não duráveis produzidos pela indústria manufatureira e, eventualmente, indústria de construção. Finalmente, o setor terciário é composto por atividades de transporte, serviços de comunicação, finanças, seguros, outros serviços, etc. (p. 333).

De acordo com essa hipótese, haveriam três fases da industrialização. Na primeira, o setor primário seria o de maior importância, enquanto os setores secundários e terciários teriam participação pequena na economia. Na segunda haveria uma transição na qual o setor primário perde a liderança da economia em prol do setor secundário. Por fim, haveria uma nova transição na qual o setor secundário perderia a participação em prol do setor terciário. A primeira transição seria o processo de industrialização, enquanto a segunda seria o processo de desindustrialização. A partir da hipótese dos três setores é possível notar que a desindustrialização é um processo natural das economias, cabe investigar se esse processo pode ser chamado de positivo ou negativo.

Cabe destacar, assim como em Oreiro e Feijó (2010), que para os modelos neoclássicos o debate acerca da desindustrialização não está na pauta de discussão, pois, para estes, não há distinção entre uma unidade de valor adicionada provinda da indústria e uma

unidade de valor adicionada provinda, por exemplo, do setor primário da economia, ambas tem o mesmo impacto sobre o crescimento. A composição entre os setores não é relevante, apenas a obtenção de avanço tecnológico e a acumulação de fatores (p. 223).

Quando se trata da corrente heterodoxa, a concepção sobre o assunto muda, pois esta entende que o aumento de uma unidade de produção tem impacto diferente sobre o crescimento a depender do setor em que esta unidade é gerada. Tal diferenciação se dá, pois entendem que a indústria é motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas (p. 223). A indústria é fonte de retornos crescentes de escala, fator importante para o crescimento de longo prazo, é fonte e difusora de progressos tecnológicos e tem a capacidade de aliviar a restrição externa do balanço de pagamentos em termos de longo prazo (p. 224). Portanto, a composição dos setores na economia importa.

Oreiro e Feijó (2010) adotam a definição de desindustrialização de Tregenna (2008) nomeando-a como “conceito ampliado de desindustrialização” (p.221). Segundo os autores, a desindustrialização positiva é aquela associada a uma perda de participação da indústria no emprego e no valor adicionado em prol da “transferência para o exterior de atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. Se assim for, a desindustrialização pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado na pauta de exportações” (p. 222).

Ainda, definem a desindustrialização negativa como sendo aquela que vem acompanhada por uma reprimarização na pauta de exportações. Nas palavras dos autores tal tipo de desindustrialização seria marcado por: “(...) um processo de reversão da pauta de exportadora na direção de commodities, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico; então isso pode ser sintoma da ocorrência de ‘doença holandesa’(...)” (p. 222). Associam essa desindustrialização negativa a déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais também crescentes no setor não industrial (p. 223). Seria então um processo precoce, ou seja, que se iniciaria antes de chegar a um nível de renda per capita equivalente ao de países desenvolvidos quando passaram pelo mesmo processo.

Palma (2014) aponta para o fato estilizado de que no último terço do século XX há o rápido declínio do emprego na indústria de manufaturados nos países desenvolvidos, queda de aproximadamente vinte e cinco milhões de empregos (p. 8). Nos países subdesenvolvidos é

possível observar movimento semelhante a partir dos anos 1990, como mostra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Participação da Indústria de Manufatura no Emprego (% do total)

Região	1960	1970	1980	1990	2003
África Subsaariana	4,4	4,8	6,2	5,5	5,5
África do Sul	11,3	12,8	18,2	15,7	14,1
América Latina e Caribe	15,4	16,3	16,5	16,8	14,2
Cone Sul e Brasil	17,4	17,2	16,2	16,6	11,8
Ásia Ocidental e Norte da África	7,9	10,7	12,9	15,1	15,3
Sul da Ásia	8,7	9,2	10,7	13	13,9
Leste da Ásia (exceto China)	10,0	10,4	15,8	16,6	11,8
NIEs	10,5	12	8,5	21,0	16,1
China	10,9	11,5	10,3	13,5	12,3
Terceiro mundo	10,2	10,8	11,5	13,6	12,5
OCDE	26,5	26,8	24,1	20,1	17,3

Fonte: Palma (2014). Tradução Própria.

A partir do valor adicionado da indústria como porcentagem do PIB também é possível notar evidências do processo de desindustrialização, como mostra a Tabela 4 a seguir. De acordo esses dados, a partir de 1960 o valor adicionado está em declínio nos países desenvolvidos, mais especificamente nos países da OCDE: em 1960 era de 28,9% e em 2003 passa a ser de 17,3%. Nota-se movimento semelhante em países subdesenvolvidos a partir de 1990: há declínio de 25,5% em 1990 para 18,1% em 2003 na África do Sul. No Cone Sul e Brasil pode-se observar tal movimento a partir de 1980.

Tabela 4: Valor Adicionado da Indústria de Manufatura (% do PIB)

Região	1960	1970	1980	1990	2003
África Subsaariana	15,3	17,8	17,4	14,9	13,8
África do Sul	21	23,9	22,5	25,5	18,1
América Latina e Caribe	28,1	26,8	28,2	25	16,7
Cone Sul e Brasil	32,2	29,8	31,7	27,7	16,9
Ásia Ocidental e Norte da África	10,9	12,2	10,1	15,6	14,2
Sul da Ásia	13,8	14,5	17,4	18	16,2
Leste da Ásia (exceto China)	14	19,2	23,3	25,5	27,6
NIEs	15,4	22,5	27,1	26,5	24,9
China	23,7	30,1	40,6	33	31,3
Terceiro Mundo	21,6	22,1	24,3	23,9	22,7
OCDE	28,9	28,3	24,5	22,1	17,3

Fonte: Palma (2014). Tradução Própria.

Para Palma (2014) haveriam quatro fontes do processo de desindustrialização. A primeira delas seria uma relação em formato de “U invertido” entre o emprego industrial e a renda per capita (p. 10). Sendo assim, a partir de um certo nível per capita ocorreria a desindustrialização, tal nível seria de aproximadamente US\$ 12 mil, de acordo com a estimativa realizada por Rowthorn (1994). A partir dessa regressão irá adicionar outras três fontes do processo.

A segunda fonte seria uma correlação negativa ao longo do tempo entre a renda per capita e desemprego industrial. O autor aponta que o ponto de máximo da curva em formato de “U invertido” tem caído a cada década comparando de 1960 até os anos 2000 ao rodar uma regressão para um total de cento e cinco países (p.11). Isso significa que não é uma relação estável ao longo do tempo. Ainda, associa a queda a partir dos anos 1980 com políticas de crescimento estável e políticas monetaristas voltadas ao controle da inflação.

A terceira fonte seria a mudança da renda per capita correspondente ao ponto de virada da regressão em questão: há queda de US\$ 11 mil dólares ao comparar os anos de 1980 e 1990. A renda per capita em 1980 correspondente a esse ponto de reversão da regressão era de US\$ 21 mil, enquanto em 1990 era de US\$ 10 mil. Tal fato pode ser explicado por conta de o período de desindustrialização dos países desenvolvidos preceder o período de desindustrialização dos países com menor renda fazendo com que o ponto de reversão da regressão caísse bruscamente.

Por fim, Palma aponta que a quarta fonte seria a doença holandesa, sendo esta um grau mais avançado e específico da desindustrialização, ou seja, um “excesso” específico do processo. Tal excesso consiste em uma disparada que teria origem no fato de que a relação entre o emprego industrial e a renda per capita se relacionam de maneira distinta a depender se o país que está passando pelo processo de desindustrialização o faz para buscar superávit comercial na indústria ou para atingir um déficit comercial industrial. Nesse sentido, países com mais abundância em recursos naturais teriam mais facilidade para financiar déficits no setor industrial a partir de superávits em setores primários, como o de commodities. É importante ressaltar que tal fenômeno também pode estar associado com países que tem superávit comercial no setor de serviços, principalmente associados a turismo e serviços financeiros. Para o autor, alguns países da América Latina a partir de 1980 são exemplos da quarta causa do processo.

André Nassif (2008) entende a desindustrialização como um processo generalizado na economia, nas palavras do autor: “processo generalizado de mudança na realocação dos recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* para as indústrias tecnologicamente baseadas em recursos naturais e em trabalho” (p. 89). Portanto, para que a desindustrialização ocorra, não só deve haver uma mudança na realocação dos recursos de um setor mais intensivo em tecnologia para um setor mais intensivo em mão-de-obra e recursos naturais, como também esse processo tem que se dar de maneira generalizada.

Ainda, discorda de Palma no que tange ao conceito de “nova doença holandesa” afirmando que tal fenômeno só ocorre quando a mudança no padrão é observada tanto na estrutura produtiva da economia, ou seja, mudança no valor adicionado da indústria no sentido de segmentos menos intensivos em tecnologia e mais intensivos em mão de obra e recursos naturais, quanto na pauta de exportações da mesma, ocorrendo de maneira simultânea (p. 86).

CAPÍTULO 2: O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E SUAS EVIDÊNCIAS

A desindustrialização no Brasil não é algo unânime. Alguns autores discordam de que o país esteja atravessando tal processo ou ainda que este processo seja negativo e precoce. O objetivo deste capítulo é levantar diferentes visões sobre o assunto e coletar dados da economia brasileira com a finalidade de embasar alguma conclusão acerca da ocorrência ou não do processo e de suas consequências para a economia.

II.1 - O debate no Brasil

O tema é bastante debatido no Brasil desde 2004, sendo um dos primeiros textos sobre o assunto de Marquetti (2002). Diversos autores tratam da questão com abundante pluralidade nas visões. Portanto, esta seção irá destrinchar a visão de quatro autores que contribuíram para o debate no Brasil: Gabriel Palma (2005 e 2012), André Nassif (2008), Oreiro e Feijó (2010) e Wilson Cano (2012). Um resumo acerca das conclusões expostas por cada um dos autores é que: Palma entende que ocorre o processo de desindustrialização, assim como ele é nocivo para a economia; Nassif entende que não ocorre o processo, mas que se o quadro de políticas não se reverter, o Brasil pode caminhar para a deflagração do processo; Oreiro e Feijó entendem que há a ocorrência do processo e que este é nocivo para a economia brasileira; e Cano entende que há ocorrência do processo, sendo ele nocivo e que o Estado tem papel essencial para reverter este quadro.

II.1.1 - Gabriel Palma

Palma (2012) defende em seu trabalho a existência da desindustrialização no Brasil, afirmando que a ocorrência desta se dá de maneira precoce, utilizando o conceito de “nova doença holandesa” já apresentado no capítulo I, seção 4.

O autor afirma que o Brasil, assim como Uruguai, Argentina e Chile, sofreu um dos maiores processos de desindustrialização, principalmente por conta das reformas econômicas a partir dos anos 1980. Tal processo de desindustrialização pode ser considerado como prematuro, não tendo alcançado uma industrialização autossustentável. Ainda, afirma que a desindustrialização precoce de países subdesenvolvidos pode impactar de maneira negativa o crescimento de longo prazo (p. 22). Por conta das reformas dos anos 1980 terem ocorrido de maneira tão brusca e terem revertido o quadro predominante de política econômica ao qual o Brasil vinha praticando, quadro esse em que o Estado tinha papel de líder no que tange ao processo de ISI ao qual reverteu-se para uma política pautada por liberalização financeira, mudança já apontada na Seção I.3 do presente trabalho, o autor afirma que o país passa por aquilo que chama de a “nova Doença Holandesa” (p. 17).

Palma (2005) classifica os países em dois tipos a fim de rodar uma regressão similar à de Rowthorn relacionando a renda per capita e o nível de emprego industrial. O primeiro grupo seria o de países industriais, aqueles que visam superávits comerciais industriais, e o segundo o de produtos primários, aqueles que atingem déficits comerciais industriais, muitas vezes financiados pelos superávits comerciais em produtos primários (p. 13). Sendo assim, afirma que o Brasil, assim como outros países da América Latina, estava caminhando no sentido de tornar-se industrializado, saindo da categoria de país de produto primário. Entretanto, a industrialização ocorrida no país durante 1930 a 1980 não era autossustentável e, portanto, a abertura comercial e liberalização financeira da economia da maneira com a qual ocorreu fizeram com que a economia brasileira continuasse se enquadrado como um país de produtos primários. Houve uma aceleração específica do processo de desindustrialização no Brasil, o qual alguns autores nomeiam de *overshooting* do processo, mas que Palma entende como “a nova Doença Holandesa”, sendo esta a quarta causa de desindustrialização apontada em seu trabalho, como mostrado na seção I.4.

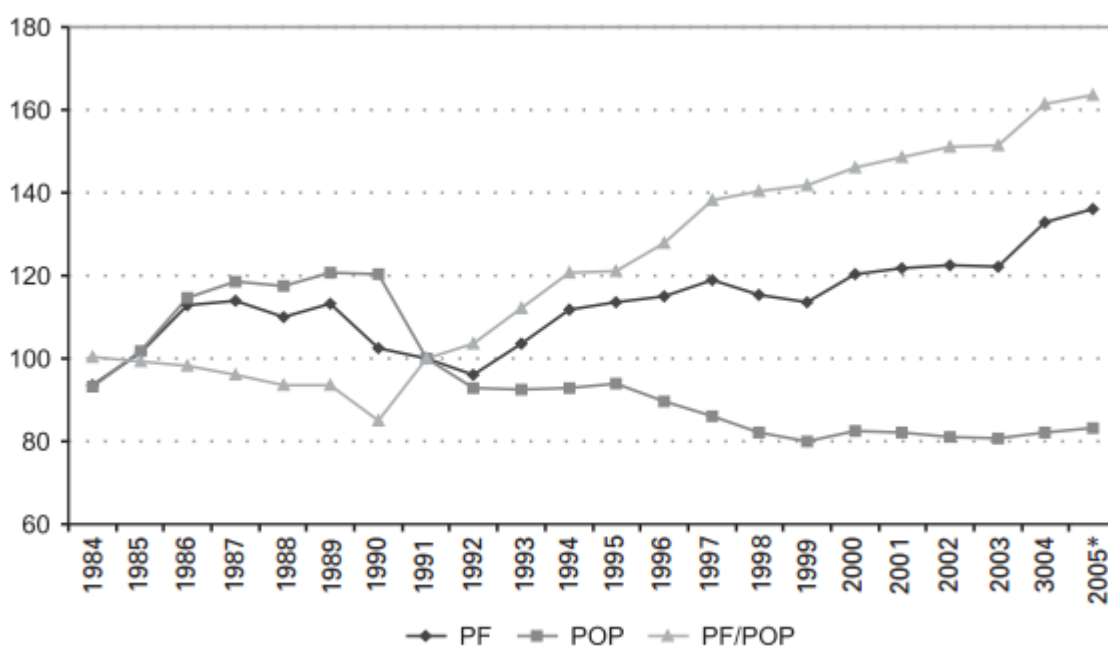
II.1.2 - André Nassif

Nassif (2008) propõe a análise de alguns indicadores para concluir a existência ou não do processo de desindustrialização brasileiro. O primeiro é o de produtividade do trabalho na indústria em termos de longo prazo, utilizando a razão entre valor adicionado e pessoal

ocupado como também a razão entre produção física e pessoal ocupado, fazendo a ressalva de que este último pode ser viesado pelo fato de utilizar o PIB trimestral do IBGE como *proxy* de produção física, tendo em vista que é uma estatística temporária e preliminar (p.77). A partir do primeiro indicador verifica que há um aumento da produtividade da indústria nos anos 1990, apesar da forte retração dos anos 1980. Ademais, afirma que de 1990 a 1997, o aumento da produtividade teve um ritmo mais acelerado, enquanto de 1998 a 2003 também houve aumento, mas este se deu de maneira mais lenta. Tais fatos são evidenciados pelos gráficos 4 e 5 a seguir.

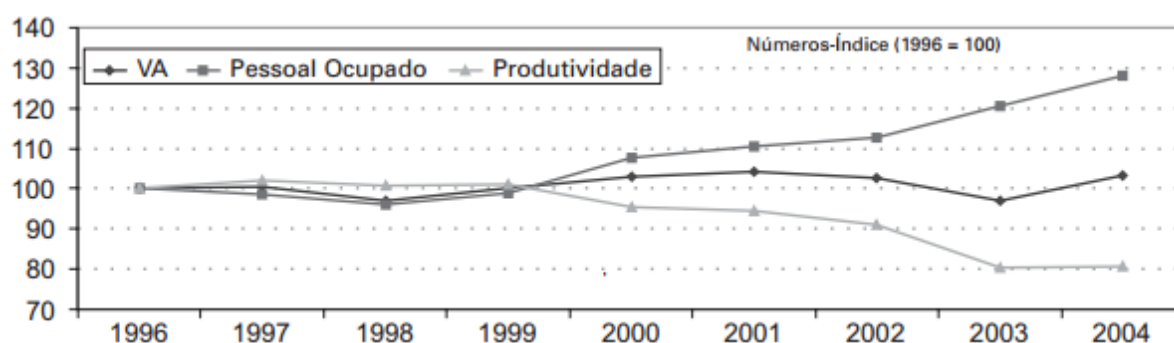
O autor afirma que o aumento da produtividade nos anos 90 decorre da introdução de novas técnicas de produção e ao acesso de bens de capital e insumos importados a preços mais baixos após a liberalização comercial, além da redução das pessoas ocupadas a partir de 1990 (p. 78).

Gráfico 4: Produtividade do trabalho (Produção Física/Pessoal Ocupado) na indústria de transformação (1984-2005) – Índices acumulados (1991 = 100)



Fonte: Retirado de Nassif (2008), (p. 78). Valores médios no período de 12 meses até outubro de 2005. IBGE, PIM. PF= Produção Física. PO=Pessoal Ocupado

Gráfico 5: Valor Agregado, pessoal ocupado e produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira (1996-2004): número índice (1996 = 100)



Fonte: Retirado de Nassif (2008), (p. 79). Dados do IBGE. Para o cálculo da produtividade do trabalho, o valor agregado industrial foi deflacionado com base no IPA-DI, a preços de junho de 1996.

Com os dois indicadores acima aliados a queda na formação bruta de capital fixo que ocorreu ao início dos anos 1990 e permanecendo baixas ao longo dos anos 90 e 2000, o autor afirma que há a possibilidade de que a indústria tenha perdido participação na economia.

Como segundo indicador, o autor sugere analisar a mudança na estrutura produtiva brasileira. Ao analisar os dados, o autor observa que há um aumento significativo da participação da indústria no período de 1950 a 1980 indo de 18% para 31% (p. 82). Já em 1990 registra-se uma participação da indústria de 22,7% do PIB, de modo que nota-se perda de participação da indústria no total da economia desde 1980. Portanto, o autor conclui que não se pode afirmar a desindustrialização ao olhar tal evidência, pois a participação da indústria no total da economia se iniciou antes das medidas de liberalização da economia e que tal perda de participação “parece ter decorrido de um forte decréscimo da produtividade industrial nos anos 1980, em um quadro de estagnação econômica e conjuntura de alta inflação” (p. 84). Apesar da produtividade ter aumentado nos anos 1990, tal fato não se sustentou após 1999, fazendo com a indústria não conseguisse voltar ao mesmo patamar de décadas anteriores.

Nassif entende que haverá ocorrência do que se denomina por nova doença holandesa se: “uma parte expressiva dos segmentos que constituem as indústrias com tecnologia intensiva em escala, diferenciada e baseada em ciência deverá mostrar, *simultaneamente*, perda de participação no valor adicionado e nas exportações totais da indústria” (p. 86). O autor explica que o aumento da participação do segmento da indústria intensivo em recursos naturais pode ser majoritariamente explicado pelo segmento de refino de petróleo e que isto

seria considerado algo positivo, pois é uma indústria que mobiliza grande quantidade de capital por unidade produzida.

Nassif explica que apesar de ter havido um aumento de participação das indústrias intensivas em recursos naturais e trabalho, indo de 50% em 1989 para 53,3% em 2005, e, portanto, queda na participação das indústrias intensivas em escala, ciência e diferenciadas, indo de 49,9% para 46,7% no mesmo período, ainda não é possível afirmar que o que ocorre é de fato um processo de desindustrialização (p. 89). O primeiro motivo pelo qual acredita que não se pode afirmar a existência do processo é que os setores de tecnologia intensiva em ciência e diferenciada cresceram, ainda que marginalmente. Além disso, destaca a participação do setor intensivo em tecnologia baseada em recursos naturais ter crescido quase que exclusivamente por conta da extração de petróleo e gás. Portanto, não haveriam evidências suficientes para afirmar que o país passa por um processo generalizado de mudança de especialização da indústria.

Quanto às exportações da indústria, o autor separa os produtos manufaturados em baixa, média e alta tecnologia. Analisando os produtos primários, manufaturados intensivos em recursos naturais e os produtos manufaturados de baixa tecnologia, há uma queda na exportação total de 72% para 67% no período de 1989 a 2005, ainda que tenha tido um aumento nos manufaturados intensivos em recursos naturais de apenas 2% no mesmo período, valor ainda pequeno para que se possa considerar um processo de desindustrialização da economia, segundo o autor (p. 90). Além disso, houve um acréscimo nas exportações dos produtos manufaturados de média e alta tecnologia no mesmo período de 27% para 32% (p. 91).

Apesar de o autor concluir que não ocorre a desindustrialização no Brasil, alerta para dois potenciais problemas. O primeiro seria a perda relativa de peso dos produtos intensivos em trabalho tanto no total do valor adicionado, quanto no total das exportações. Tal fato é preocupante tendo em vista que não houve qualquer compensação dos setores intensivos em tecnologia de escala, diferenciadas ou em ciências, já que assim, a produção estaria passando de algo em que há predominância das tecnologias convencionais para algo em que há predominância das tecnologias mais avançadas e com potencial gerador de externalidades positivas.

O segundo potencial problema seria a tendência de valorização do real frente ao dólar. Como a tendência vem desde 1980, o autor se preocupa com os efeitos de longo prazo de uma sobrevalorização do real por longo período de tempo, debruçando-se sobre uma possibilidade de desestruturação do setor exportador de manufaturados, além de possibilidade de ataques especulativos e crise no balanço de pagamentos (p. 91). Tais fatores poderiam levar a uma futura desindustrialização brasileira.

II.1.3 - Oreiro e Feijó

Os autores apontam que, a partir da literatura brasileira sobre o assunto o processo de desindustrialização brasileiro torna-se inegável. Para eles, a principal dificuldade é obter conclusão acerca do processo pós mudança do regime cambial, em 1999, mais especificamente o período de 2004 a 2008, pois verificou-se nesse período uma taxa de crescimento no valor adicionado da indústria, se comparado com o período de 1995 a 1999. Um entrave para a estimação e comparação se dá por conta de uma mudança metodológica nos dados do IBGE, tornando incomparáveis os dados de indústria anteriores e posteriores a 1995 (p. 227). Ademais, os autores afirmam que alguns economistas afirmam que não ocorre desindustrialização no Brasil justamente por não conseguirem analisar os dados desse período.

Oreiro e Feijó destacam que, avaliando o período de 1996 a 2008, a taxa de crescimento da indústria superou a da economia somente em 2000, 2003 e 2004, evidenciando a perda de dinamismo da indústria durante o período, potencializada pela taxa de câmbio real sobrevalorizada no período de 2004 a 2008. Ao avaliar a participação do valor adicionado da indústria de transformação a preços de 1995, fica evidente uma queda expressiva da mesma, o que configura a ocorrência do processo de desindustrialização.

Para os autores a principal questão não se trata da ocorrência ou não da desindustrialização, pois esta é clara, mas sim se este processo é ou não nocivo para a economia brasileira. Para realizar tal análise, se embasam em um estudo que analisa o saldo comercial da indústria. Os dados mostram que o saldo passou de 17,09 bilhões de dólares em 2004 para -4,83 bilhões de dólares em 2009 (p. 230). Quando desagrega a estatística por

intensidade tecnológica observa que os segmentos de média-alta e alta intensidade em tecnologia, além de se mostraram deficitárias, expressaram aumento desse déficit no período. O setor de intensidade média-alta tinha um déficit de 2,07 bilhões de dólares em 2004 e passou para 19,19 bilhões de dólares em 2009. Já o segmento de intensidade alta passou de déficit de 5,58 bilhões de dólares em 2004 para 12,65 bilhões em 2009. Tendo em vista tais fatos, os autores consideram que, por haver a perda da participação da indústria no PIB conjuntamente com a elevação do déficit comercial da mesma, o processo pode ser caracterizado como uma “Doença Holandesa”.

Por fim, os autores ainda levantam dados do artigo de Bresser-Pereira e Marconi (2008) que verificam que há um superávit expressivamente crescente na balança comercial de commodities, assim como um déficit do saldo da balança comercial de manufaturados. Enquanto a primeira passa de 11 bilhões de dólares em 1996 para 46,8 bilhões de dólares em 2007, a segunda vai de superávit de 4 bilhões de dólares em 1992 para déficit 9,8 bilhões de dólares em 2007. Todos esses fatores evidenciam uma mudança no padrão da estrutura produtiva da economia e que esta está se especializando cada vez mais em atividades intensivas em recursos naturais (p. 230).

Sendo assim, concluem que as evidências empíricas não só apontam para um processo de desindustrialização brasileira, como também para o fato de que esse processo pode ser caracterizado como “Doença Holandesa”, que definem como “desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização dos preços das commodities e dos recursos naturais no mercado internacional” (p. 231).

II.1.4 - Wilson Cano

Para Cano (2012) a desindustrialização é uma realidade como também é um processo nocivo. Em suas palavras: “A industrialização atingida nas décadas anteriores deteriorou-se face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial” (p. 831). O autor entende que quando a indústria atinge sua maturidade, apresenta uma estrutura

diversificada, na qual trinta ou quarenta por cento do que é produzido provém da indústria de bens de capital.

Cano aponta que em 1970 o Brasil teve a indústria de transformação compondo 33% do PIB e em 2011 a participação cai para 14,6%. O autor lista cinco causas do processo de desindustrialização que ocorre no Brasil. A primeira causa é a política cambial que, desde o Plano Real em 1994, tem servido de âncora dos preços, mantendo o câmbio sobrevalorizado. Isso faz com que seja mais barato importar produtos do que os consumir internamente, levando a perda de competitividade da indústria nacional. A segunda causa seria a abertura comercial que teve início nos anos 1990 com as políticas neoliberais do governo Sarney e Collor, reforçadas no governo FHC, e condicionalidades do empréstimo junto ao FMI ao final dos anos 1990. O autor afirma que a desregulamentação do comércio se mantém, algo que fez com que a proteção à indústria fosse prejudicada conjuntamente com o câmbio sobrevalorizado (p. 834).

A terceira causa listada pelo autor são as altas taxas de juros mantidas desde os anos 90. O Brasil é o país com as maiores taxas de juros do mundo. Na época, tinha como intuito frear a demanda para conter a inflação, atualmente prejudica o investimento dos empresários, pois estes comparam as taxas de lucro com as taxas de juros, segundo Keynes e Marx (p. 834). Isso faz com que a indústria fique vulnerável, pois sem novos investimentos a indústria pode, eventualmente, tornar-se obsoleta ao perder a sua produtividade. Tal causa combinada com as outras duas já citadas geram uma combinação extremamente nociva à indústria nacional, tendo em vista que a indústria perde a sua produtividade e compete diretamente com a indústria internacional.

A quarta causa é o investimento direto estrangeiro. Apesar de ter aumentado em termos absolutos nos últimos anos, o autor afirma que é necessário desagregar tal componente, tendo em vista que a participação da indústria de transformação no componente caiu ao longo do tempo enquanto a participação dos serviços subiu (p. 835). Tal fato é danoso, pois aí estão incluídos também os serviços do setor financeiro, que são fonte de especulação. Também é possível notar uma migração do IDE no Brasil para a China, objetivando uma produção mais barata. Dessa forma, o Brasil passa a importar mais produtos prejudicando diversas cadeias produtivas da indústria nacional.

A quinta causa citada pelo autor é a desaceleração da economia mundial. A perda de participação brasileira na produção mundial é notável: em 1980 era de 2,8%, passa para 2% em 1990 e chega a 1,7% em 2010 (p. 837). O autor ainda mostra uma tendência regressista da indústria brasileira nos últimos anos, principalmente quando se trata do setor de bens de consumo durável e de capital, o qual possui uma trajetória decrescente quando se trata do Valor de Transformação Industrial. Durante 1939 e 1980 tal setor possuía participação de 25% do VTI, em 1996 passa a ser 24%, 21,6% em 2003 e 21,2% em 2009 (p. 839). Isso mostra que a indústria vem perdendo a produção no setor mais intensivo em tecnologia, dando espaço para os setores de bens intermediários e bens de consumo não duráveis.

Outro dado relevante levantado pelo autor é o coeficiente de penetração das importações, que é calculado a partir da razão importações sobre o consumo aparente (p. 840). Tal dado mostra que em 1996 o coeficiente era de 13,7 enquanto em 2008 passa a ser de 17,5. Ainda assim, é um coeficiente subestimado, pois em 1996 já havia grande abertura comercial, como mostra a seção I.3 do presente trabalho. Também aponta como a relação Brasil-China evolui ao longo do tempo, mostrando que a relação passa a se comportar como a típica “centro-periferia”, na qual o Brasil passa a exportar produtos primários em detrimento de produtos industrializados (p. 841). Como mostram os dados, em 1990 a participação dos produtos industriais no total de exportações era de 80,5%, enquanto em 2000 cai para 32,1% e em 2008 passa a ser 22,5%. Ademais, o crescimento exacerbado da China tem outro efeito, pois esta passa a exportar em maior quantidade para os EUA, de modo que o Brasil perde espaço nessa relação comercial, piorando sua inserção externa.

Cano ainda alerta para a reprimarização da pauta de exportações brasileira, sendo este mais um indicador de que a desindustrialização além de ocorrer, seria nociva para a economia brasileira. O peso dos produtos manufaturados nas exportações cai de 60,7% em 2000 para 36,8% em 2011, enquanto o dos semimanufaturados se mantém estável ao longo do tempo, indo de 15,8% em 2000 para 14,3% em 2011 (p. 842). Sendo assim, os produtos manufaturados perdem espaço para os produtos básicos, que evoluem de 23,4% em 2000 para 48,9% em 2011, como mostra a Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Exportações brasileiras segundo fator agregado (%)

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	85,4	8	6,2
1980	42,2	11,7	44,8
1985	33,3	10,8	54,9
1990	27,8	16,2	54,2
1995	22,9	20,8	56,2
2000	23,4	15,8	60,7
2006	29,9	14,5	55,6
2007	32,8	13,9	53,5
2008	37,9	13,8	48,1
2009	41,4	13,7	45
2010	45,5	14,3	40,2
2011	48,9	14,3	36,8

Fonte: Cano (2012), (p. 843). Dados do MDIC. Exclui operações especiais.

Por fim, o autor aponta que a política macroeconômica recente, valorizando a moeda nacional perante ao dólar, tem tirado o incentivo do investimento como também estimulado a fuga de capitais brasileiros público e privados, sendo a maior fonte pública apontada o BNDES. O autor conclui que é necessário o intervencionismo do Estado na economia para que esta consiga se industrializar e a única maneira de frear o processo de desindustrialização aliando a política macroeconômica com a política industrial. Ou seja, é necessário reverter o quadro de excessiva abertura comercial, juros altos e câmbio sobrevalorizado para que a política industrial seja efetiva no sentido de reverter esse processo (p. 847). Aponta que o país possui poucos graus de liberdade para efetuar políticas industriais por conta do GATT e de acordos com a OMC. O autor entende que o processo de desindustrialização vem ocorrendo desde os anos 1970 e vem destruindo não só instituições de desenvolvimento como também debilitando o próprio Estado (p. 848).

II.2 – Análise dos dados brasileiros

A seção se propõe a analisar alguns dados da economia brasileira a fim de observar e evidenciar tendências do processo de desindustrialização brasileiro, utilizando o recorte temporal de 1996 a 2010.

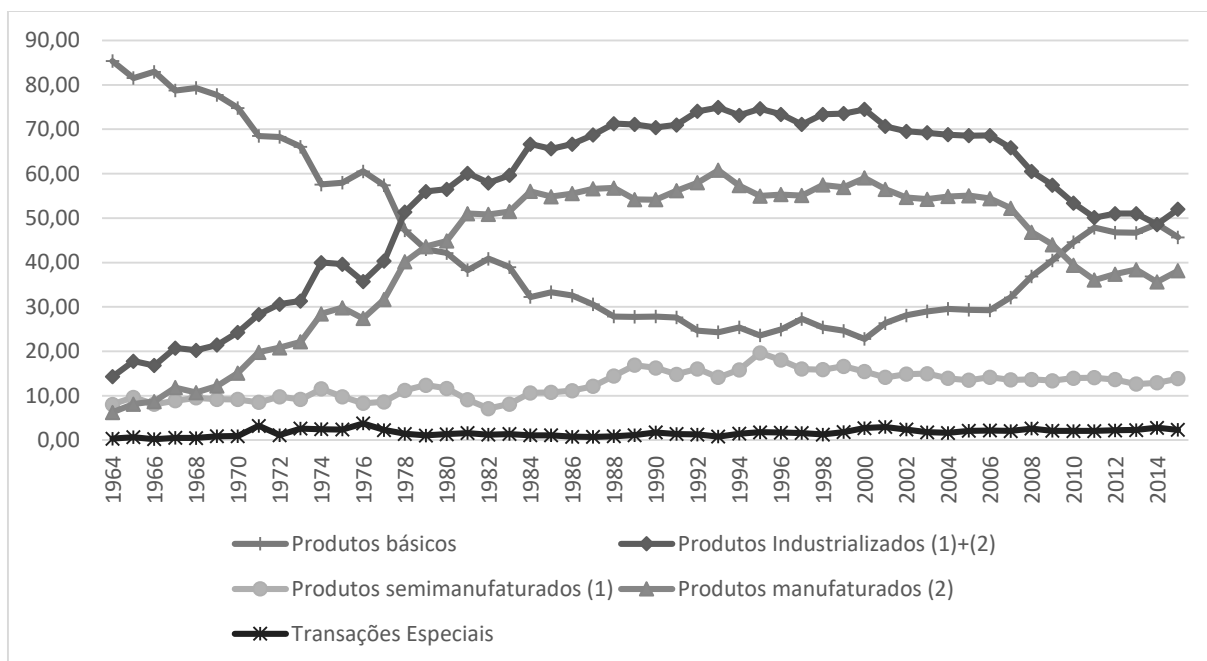
A partir do Gráfico 3 utilizado no capítulo I, é possível observar que a produção industrial como participação do PIB vem caindo desde o início dos anos 1980. Apesar de haver alguns momentos ao longo do tempo em que essa relação sobe, é possível notar que tais aumentos foram pontos isolados e que a tendência é de queda acentuada no período de 1980 a 2013 sem qualquer sinal de recuperação. Tal fato evidencia que a indústria vem perdendo a sua participação no total da economia, reforçando aquilo que a revisão da literatura sobre indústria no capítulo I aponta: uma economia que a partir dos anos 1980 perde o seu foco na indústria e no desenvolvimento por meio da mesma. A liberalização comercial e problemas macroeconômicos tem importante papel nesta perda relativa da indústria com relação aos demais componentes da economia.

Analizando o Gráfico 6 a seguir, é possível notar dois movimentos importantes para entender a ocorrência do processo de desindustrialização e a sua relação com a pauta de exportação brasileira. O primeiro é a trajetória percorrida pelos produtos industrializados: de 1964 a 1981 há rápida ascensão da participação desses produtos na pauta de exportação; entre 1980 e 2001 há uma tendência de aumento, mas esta pode ser considerada bastante linear; de 2001 a 2010 há queda na participação dos produtos industrializados, sendo esta muito brusca a partir de 2006. Ainda, é possível observar que o movimento dos produtos industrializados é majoritariamente explicado pelo movimento dos produtos manufaturados, tendo em vista que não é possível observar grandes variações na participação dos produtos semimanufaturados.

O segundo movimento importante é o dos produtos básicos na pauta de exportação: sofre declínio acentuado de 1964 até 1984; de 1985 a 2000 há uma tendência de declínio da participação, mas este se dá de uma maneira mais suave; de 2000 em diante há forte aumento na participação dos produtos básicos, tendo um movimento muito ascendente também a partir de 2006. Em 2010 a participação dos produtos básicos chega a ultrapassar a participação dos produtos manufaturados em 5,17 pontos percentuais.

A rápida ascensão dos produtos básicos a partir de 2006 pode ser explicada em parte pelo *boom* internacional do preço das commodities aliado a uma falta de política industrial nacional com diretrizes claras, como aponta Cano (2012): “Ao mesmo tempo, não há nenhuma estratégia macroeconômica e industrial para que seja sustentável e exequível a fim de enfrentar a desindustrialização” (p. 849). O autor ainda afirma que a política industrial brasileira dos últimos anos, apesar de existir, “possui mais equívocos do que acertos” (p. 849).

Gráfico 6: Participação das exportações por fator agregado no total (%) (1964 – 2015)



Fonte: Secex, IPEA/DIMAC. Elaboração própria.

Gráfico 7: Índice de preços mensal de todas as commodities, inclui combustíveis e não combustíveis (2005 = 100)



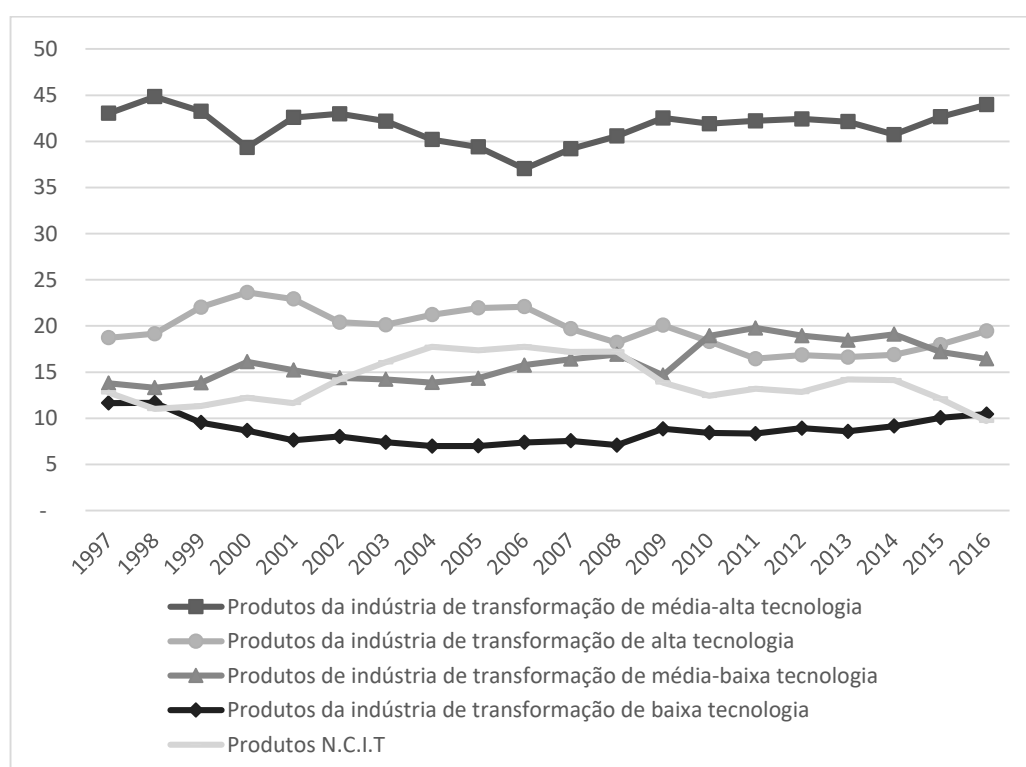
Fonte: IMF Data.

A demanda crescente de commodities por parte da China fez com que houvesse um crescimento dos preços de tais produtos desde 1998, segundo dados do FMI, e um

crescimento ininterrupto desde 2002, tendo uma disparada a partir desta data, tal crescimento pode ser observado no Gráfico 7. A queda brusca no gráfico pode ser explicada pela crise de 2008, mas logo em seguida é possível notar uma recuperação. A elevação nos preços das commodities também contribuiu para a valorização cambial ocorrida no período, como afirma Oreiro (2010): “Por fim, estudos recentes a respeito da composição do saldo comercial brasileiro e da composição do valor adicionado da indústria brasileira mostram sinais inquietantes da ocorrência de ‘doença holandesa’, ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização dos preços das commodities e dos recursos naturais no mercado internacional” (p. 231).

As evidências tornam-se ainda mais preocupantes ao aumentar o recorte temporal, ainda analisando o Gráfico 6. Em 2014 é possível notar que a participação dos produtos básicos ultrapassa levemente a dos produtos industrializados. Tais fatos evidenciam a perda expressiva de participação dos produtos manufaturados vis-à-vis o ganho dos produtos básicos.

Gráfico 8: Participação relativa das Importações por Intensidade Tecnológica (1997 - 2016)



Fonte: MDIC. Elaboração própria.

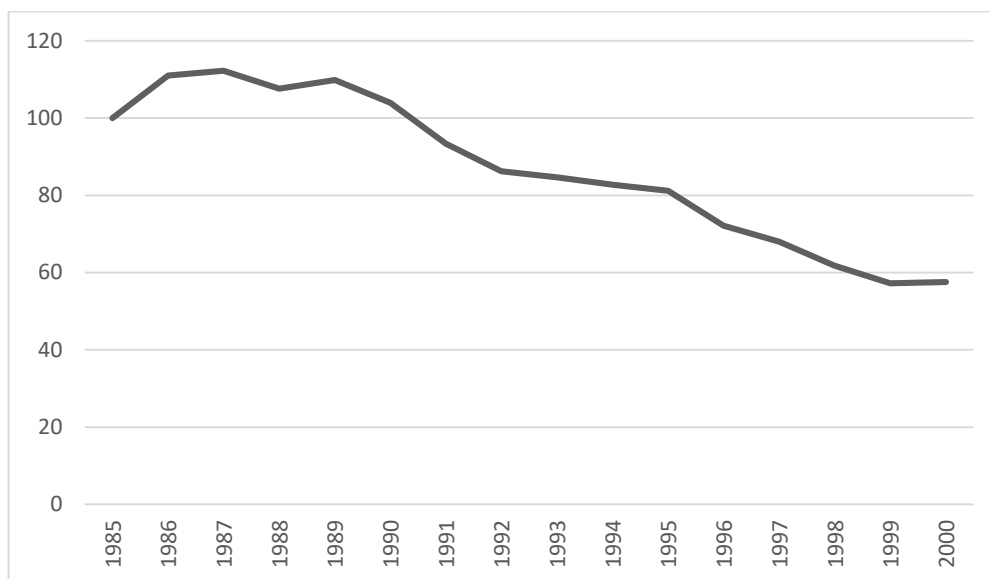
Quando se tratam das importações, pode-se observar que o Brasil no período de 1997 a 2016 importou majoritariamente produtos de média-alta tecnologia, tendo média de participação de 42%, como é possível observar no Gráfico 8. Em seguida estão as importações do setor de alta tecnologia que teve média de participação de 20% no mesmo período em questão. O segmento da indústria de transformação intensivo em média-baixa tecnologia teve a média do período de 16%, tendo um aumento em 2010 concomitante com a queda dos intensivos em alta tecnologia no mesmo ano, mas em 2015 essa tendência se reverte.

Com o Gráfico 8 é possível observar que a pauta de importação brasileira está focada em produtos de alta e média-alta tecnologia, tendo média de participação de 61% no período em questão. Isso mostra que há um problema na balança comercial brasileira, pois, por um lado esta tem produtos industrializados caindo de maneira brusca nos últimos anos ao passo que os produtos básicos sobem de maneira também brusca, e, por outro, importa principalmente produtos de alta e média-alta tecnologias.

Quando se tratam dos dados de emprego na indústria, encontra-se um problema de mudança da metodologia. Até 2001 utilizava-se a PIM-DG para medir a quantidade de pessoas ocupadas na indústria, enquanto a partir de dezembro dos anos 2000 passa a utilizar-se a PIMES. Sendo assim, serão apresentados dois gráficos separados para cada uma dessas épocas. O Gráfico 9 mostra o emprego industrial indexado ao ano de 1985 a partir dos dados da PIM-DG, enquanto o Gráfico 10 mostra o emprego na indústria a partir de 2001 segundo os dados da PIMES, utilizando esse ano como base. Para evitar problemas de sazonalidade nos dados, utilizou-se a média anual do índice em ambos os gráficos. Ainda, devido a carência de continuidade dos dados de emprego na indústria, serão utilizados dados da Confederação Nacional de Indústria extraídos no Ipeadata, estes vão de 1992 até 2016, dessazonalizados e tem como ano-base 2006.

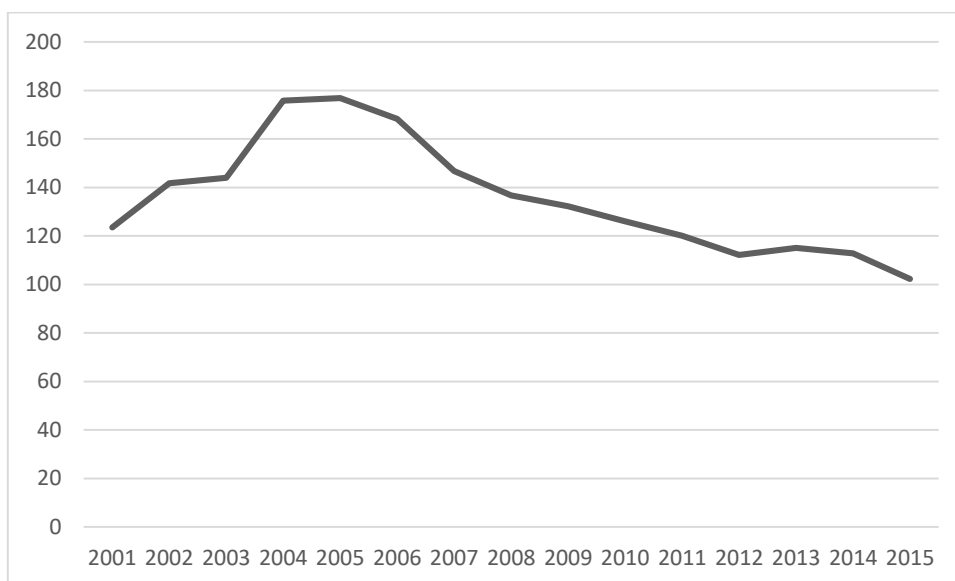
Como é possível notar no Gráfico 9, há uma redução do pessoal ocupado na indústria de 1987 até os anos 2000, com leve recuperação em 1989. Tirando o ano de 1989, não houve nenhum ano ao qual houvesse aumento no índice do pessoal ocupado na indústria, o que pode ser entendido como mais uma evidência da perda de importância da indústria a partir de meados dos anos 1980, caindo ainda mais ao longo dos anos 1990.

Gráfico 9: Pessoal ocupado - Indústria geral (Índice: média 1985 = 100)



Fonte: Ipeadata, IBGE. Elaboração própria.

Gráfico 10: Pessoal ocupado assalariado (anual) - Indústria geral (Índice: Janeiro 2001 = 100)

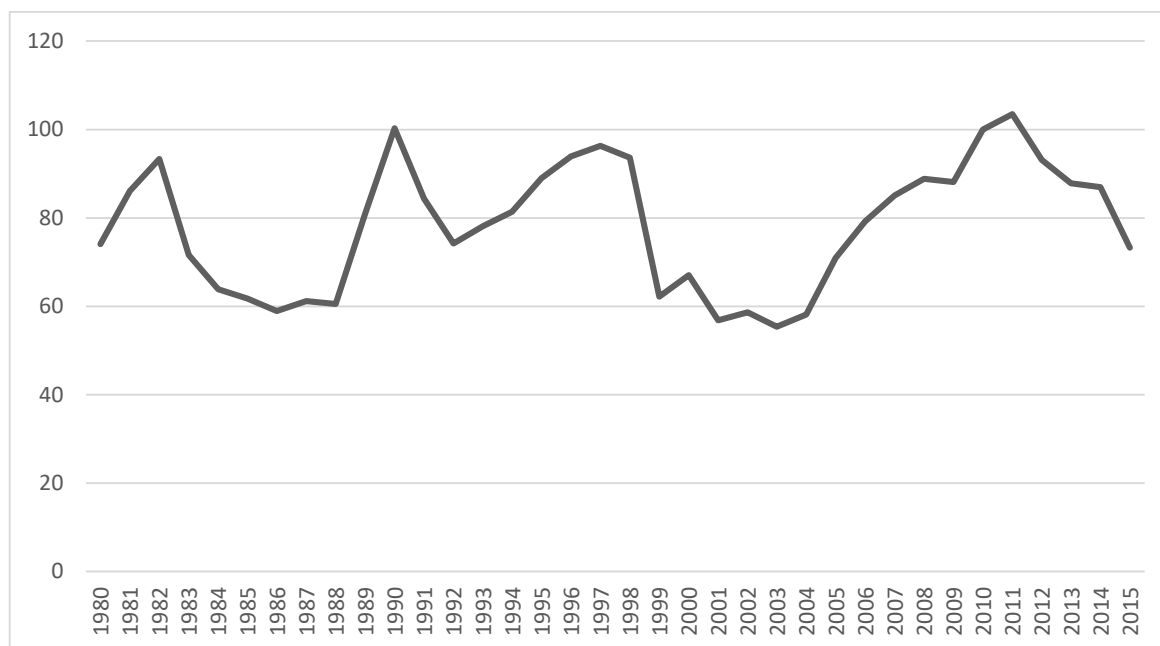


Fonte: Ipeadata, IBGE. Elaboração própria.

A partir do Gráfico 10, que tem como base janeiro de 2001, é possível notar que há um aumento no pessoal ocupado na indústria até o ano de 2005, ou seja, comparativamente ao mês de janeiro de 2001, o emprego industrial aumentou até 2005. Entretanto, a partir desse ano o emprego industrial passa a cair até 2012, tendo uma leve recuperação em 2013, mas retorna a cair novamente em 2014. Sendo assim, podemos afirmar que através dos dados de 1985 a 2000 a tendência do pessoal ocupado na indústria é de queda. Nos dados de 2001 a

2015, a tendência é majoritariamente de queda, excetuando-se o período de 2001 a 2005. Portanto, é possível concluir que o índice de pessoas ocupadas na indústria esteve majoritariamente em queda no período de 1985 a 2014.

Gráfico 11: Índice da taxa de câmbio efetiva real R\$/US\$ - 1980 a 2015 (2010 = 100)



Fonte: Banco Mundial.

Quando se trata da taxa de câmbio real do período, é possível notar uma sobrevalorização excessiva. Com a implementação do real em 1994 e a utilização da âncora cambial como forma de sustentar a moeda e forma de promover a competitividade da indústria, o câmbio manteve-se sobrevalorizado de 1994 até 1999, data na qual o Brasil sofreu um ataque especulativo, tendo em vista a crise das moedas de outros países subdesenvolvidos. O Plano Real estabelecia que a moeda teria paridade um para um com o dólar, tendo apenas a possibilidade de valorizar, ou seja, era um regime de câmbio flutuante pra baixo. A partir de 1999 põe-se fim a esse tipo de regime, mas ainda assim o real se mantém sobrevalorizado. A sobrevalorização da moeda mantém-se ao longo da primeira década dos anos 2000, como é possível observar no Gráfico 11.

Segundo Rudinei et al. (2013), estudos sugerem que taxas de câmbio desvalorizadas impactam positivamente no crescimento econômico de um país (p. 27). Além disso, os autores sugerem que taxas de câmbio desvalorizadas estão associadas a uma menor dependência externa do investimento, favorecendo o investimento em setores como a

indústria. Sendo assim, taxas de câmbio desvalorizadas favorecem a produção industrial, incentivando o aumento da produtividade industrial.

Sendo assim, como a valorização se dá de maneira prolongada neste recorte temporal, a indústria brasileira perde espaço no total da economia, assim como aponta Nassif (2008) quando afirma que o câmbio sobrevalorizado por um período prolongado de tempo pode ser um problema no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria é um componente importante da economia por ter encadeamento para frente e para trás, trazendo diversas externalidades positivas, como por exemplo o fato de ser a principal geradora de desenvolvimento de novas tecnologias. Sendo assim, podemos dizer que a indústria é responsável por gerar importantes mudanças na economia em termos de longo prazo e, portanto, importante para o desenvolvimento econômico de um país. O Brasil teve uma forte política industrial no passado, sendo o principal indutor da indústria o Estado. Entretanto, a reversão de tal conduta para uma política macroeconômica focada na liberalização e estabilização econômica teve implicações importantes para a economia brasileira.

O fato de tal reversão ter se dado de uma maneira brusca, como aponta Palma (2012), fez com que alguns segmentos da indústria, os quais cresceram e foram fomentados durante a fase de ISI, fossem diminuindo a ponto de iniciar-se o debate sobre a economia brasileira sofrer ou não de um processo de desindustrialização e, ainda, investigar se esse processo se dá de maneira precoce e, portanto, nociva para a economia brasileira. Diversos autores brasileiros discutem o tema e é possível notar que a maior parte da literatura aponta para a ocorrência do processo de desindustrialização no Brasil. Ademais, a maior parte da literatura também aponta para que este processo é nocivo para a economia. Até mesmo em Nassif (2008) é possível notar que não há distinção entre o conceito de desindustrialização e “Doença Holandesa”, como apontam Oreiro e Feijó (2010), de modo que se torna possível interpretar que o autor estaria apontando para a precocidade do processo com os dados que utiliza em seu artigo.

Ademais, o presente trabalho levantou dados na seção II.2 a fim de contribuir e entender melhor o processo de desindustrialização no Brasil. Combinando tais dados apresentados é possível notar que há queda de participação da indústria no total da economia, aliada com aumento da participação de produtos primários na pauta de exportação, assim como a manutenção de produtos de média-alta e alta tecnologia na pauta de importação e queda no pessoal ocupado da indústria. O quadro colabora para que a autora entenda que o Brasil passa por um processo de desindustrialização e que esta é de fato nociva para o país, pois está associada a uma “reprimarização” da economia, o que pode vir a causar diversos

problemas de longo prazo como também uma maior dependência externa e redução nos graus de liberdade no que tange a implementação de políticas econômicas.

Sendo assim, a autora encontra-se de acordo com as evidências levantadas pelos demais autores apontados no trabalho, assim como concorda com a conclusão que a maioria deles tem: a desindustrialização no Brasil é algo preocupante. Como medida de solução para esse problema, Cano propõe não só uma política industrial eficaz como também o intervencionismo do Estado no que tange a política macroeconômica, principalmente quando se trata da alta taxa básica de juros as quais o Brasil se submete como uma medida de contenção de demanda em prol do combate à inflação. A efetividade de tal medida no que tange o combate à inflação não será discutida aqui, entretanto tal política tem efeitos nocivos à indústria tendo em vista que, como já apontado por Marx e Keynes, os investidores comparam tais taxas de juros à sua taxa de retorno ao tomar a decisão de investir. Sendo assim, taxas de juros muito altas fariam com que houvesse uma falta de incentivo ao investimento, assim como ao investimento industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. **World Data Bank: World Development Indicators**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&country=BRA#>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- BONELLI, Regis. **Industrialização e desenvolvimento (notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil)**. Seminário "Industrialização, desindustrialização e desenvolvimento". São Paulo, 2005.
- CANO, Wilson et al. **A desindustrialização no Brasil**. Campinas: Economia e Sociedade, 2012. v. 21. p. 831-851.
- CEPAL. **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. Tradução: Ricardo Bielschowsky.
- CPDOC. **Criação da Companhia Siderúrgica Nacional**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CSN>>. Acesso em: 09 dez. 2016.
- FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. IMF Data Primary Commodity Prices. Disponível em: <<http://data.imf.org/?sk=471DDDF8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978. 3ª edição. cap. 4.
- GIAMBIAGI, Fabio; et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. cap.5 e 6.
- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2009. cap. 13.
- HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio, et al (org.), **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 49-72.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio, et al (org.), **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 73-95.

HOBBSAWM, Eric J. et al. **A era dos extremos: breve história do século XX, 1914-1991**. 1998.

IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

IBGE. PIMES, PIM-DG. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

KRÜGER, Jens J. **Productivity and structural change: a review of the literature**. Journal of Economic Surveys, v. 22, n. 2, p. 330-363, 2008.

MDIC. Séries históricas. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?**. Revista de economia política, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de economia política, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.), **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889/1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 171-195.

PALMA, José Gabriel. **De-industrialisation, 'premature' de-industrialisation and the dutch-disease**. Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 3, n. 5, p. 7-23, 2014.

PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa.** In: Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI. 2005.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. **Growth, trade, and deindustrialization.** IMF Staff papers, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento.** São Paulo: Editora Hucitec, 2000. cap. 1.

STREIBLER, Erich. **Theorie der wirtschafststruktur (was ist gegenstand der strukturberichterstattung?).** Strukturberichterstattung der wirtschaftsforschungsinstitute, p. 1-27, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** São Paulo: Editora Zahar, 1975.

TONETO JUNIOR, Rudinei et al. **Estudos sobre a Taxa de Câmbio no Brasil.** Relatório Final apresentado ao DEPECON-FIESP. Ribeirão Preto, 2013.

TREGENNA, Fiona. **Characterizing deindustrialization: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally.** Cambridge: Oxford University Press, 2008.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.), **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889/1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 123-150.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O Pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio, et al (org.), **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1-24.